



Revista Portuguesa
de

irurgia

II Série • N.º 11 • Dezembro 2009

ISSN 1646-6918

Órgão Oficial da Sociedade Portuguesa de Cirurgia

Página dos editores

José Augusto Gonçalves

EDITORIAL

PARA ONDE VAMOS?

O exercício da Medicina em geral e da Cirurgia em particular não convive bem com alterações estruturantes múltiplas e inesperadas.

A realidade em que fomos educados e em que vivemos durante as últimas décadas, sem estar isenta de pontos criticáveis susceptíveis de aperfeiçoamento, mantinha, apesar de tudo, um ambiente estruturado, hierarquizado, responsável e fiável, tornando possível de um modo sereno, a actividade assistencial com uma integração natural do ensino post-graduado.

As mudanças havidas nos últimos anos, alteraram por completo todo o edifício hospitalar, criando uma nova realidade, que justifica a grande preocupação e a grande dúvida de saber para onde vamos.

Sem querer pôr em dúvida uma possível bondade nas intenções dos responsáveis, foram feitas nos Hospitais alterações estruturais no âmbito da definição institucional, do financiamento, da gestão e das relações internas, que, por criarem novas preocupações, põem em causa, de um modo grave e preocupante, a acção médica nas vertentes assistencial e de ensino post-graduado.

Foi descaracterizada toda uma organização, destruindo-se sistemas e práticas para os quais não foram definidos sistemas de substituição, criando instabilidade, e um evidente mau estar nos vários grupos profissionais.

Vemos com muita preocupação, temos de confessar, a alteração de todo o edifício que sustentava o sistema durante décadas. A passagem a Hospitais S.A. e posteriormente a E.P.E. com todas as alterações de gestão que acarretaram, o conceito de Hospitais-Empresa, a gestão empresarial dos Hospitais, a criação de sistemas de avaliação completamente desajustados e a implementação do controle de assiduidade por análise de impressões digitais, a obsessão pela produção numérica sem uma forte preocupação pela qualidade, são tudo factores que tememos irão contribuir a curto prazo para a degradação do sistema instalado e para uma inevitável perda de qualidade.



Se bem que compreensível e desejável uma cada vez maior consciencialização por parte dos médicos para o problema da racionalização de despesas, e para a colaboração activa numa política de controle de custos, sem prejuízo do exercício de boas práticas, não se pode aceitar o desvirtuamento da figura do Director Clínico, agora intimamente ligado à Administração co-responsabilizado por todas as suas decisões. Por melhores que sejam as intenções, das quais não se duvida, foram destruídas na prática, as condições para uma desejável Gestão Clínica independente e não comprometida, por vezes substituída por uma Gestão Administrativa, com todos os problemas inerentes.

É por vezes incompreensível e lamentável o colaboracionismo existente por parte de alguns, em nomeações duvidosas na sua essência e usurpação de competência.

Contudo, a alteração mais grave e preocupante é o da anulação, na prática das Carreiras Médicas. Com algumas facetas possivelmente criticáveis, elas foram contudo o suporte sedimentado do ensino, da defesa serena das hierarquias, da evolução cirúrgica, da criação das verdadeiras elites técnicas, constituindo a base do progresso e equilíbrio da função médica. Tenhamos esperança que a nova legislação recentemente aprovada possa dentro do possível melhorar a situação e repor um sistema mais responsável, mais tecnicamente hierarquizado, mais seguro e aliciente para quem trabalha no Serviço Nacional de Saúde e para quem dele usufrui.

Todos estes problemas, que são transversais a toda a actividade clínica, têm uma muito maior relevância nas especialidades cirúrgicas em geral, e na Cirurgia Geral em especial. Todos nós os sentimos na vivência diária, não sendo possível esconder o mal estar e as dificuldades encontradas na actividade hospitalar.

Será realmente difícil saber para onde vamos, mas é necessário alterar o actual rumo, que nos pode levar a uma situação insustentável. Cabe a todos nós individualmente, mas também às Sociedades Científicas e à Ordem dos Médicos através dos seus Colégios, um trabalho de reflexão com discussões alargadas que leve a propostas de soluções. É absolutamente necessário nesta época difícil participarmos todos com o nosso trabalho e com as nossas críticas para criar um futuro mais consentâneo com as nossas convicções.

